

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE
PARAGOMINAS**



Relatório de Controle Interno

1º SEMESTRE/2020



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

1º SEMESTRE/2020

Relatório do 1º Semestre do Controle Interno do exercício de 2020, tendo como controlador Geral do Município o sr. Adelmo Rocha Bicalho, estabelecido pela Lei Complementa Municipal 952/2017 de 17 de novembro de 2017.

Neste período, em análise aos documentos e planilhas apresentadas e auditadas, onde podemos constatar o seguinte:

1. Regulamentação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores:

Atualmente, o RPPS está regulamentado pela Lei 884/2015 e suas alterações.

2. Execução Orçamentária

2.1. Das Receitas – Fiscalização das Receitas de Contribuição

Constatamos a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas das Contribuições Patronal, Segurados e Outras no período auferido.

Verificamos que os recolhimentos se deram tanto por parte da Prefeitura Municipal, de suas autarquias, quanto da Câmara Municipal e Agência de Saneamento, na forma e nos prazos previstos.

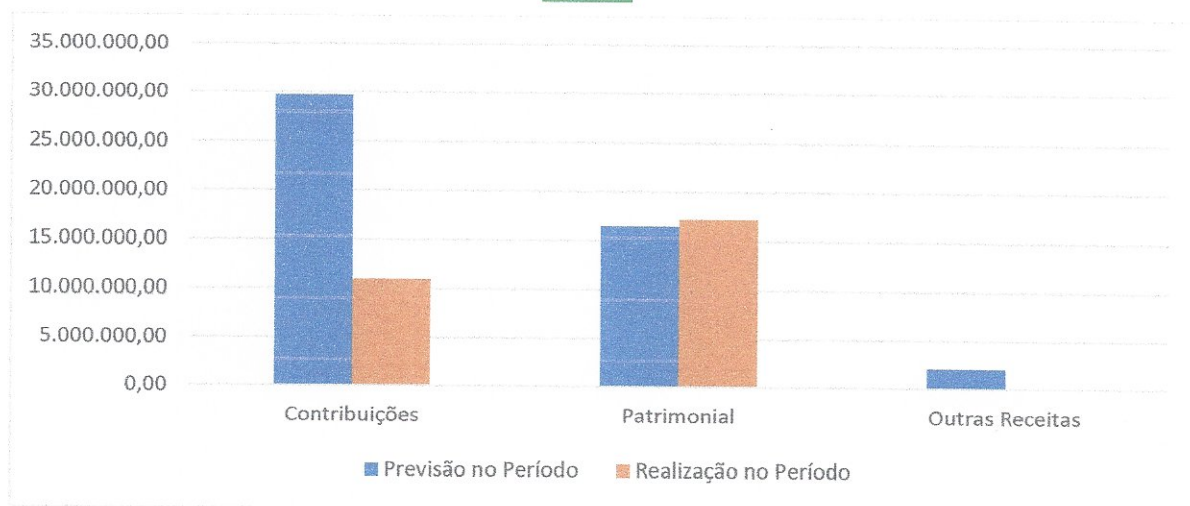
2.2. Demais Receitas

Constatamos a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas de Compensação Previdenciária, Rendimento das Aplicações Financeiras e Multas e Juros.

2.3. Resultado da Execução Orçamentária – RECEITAS

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Receitas e aferimos resultado Deficitário no período em exame:

Receitas	Previsão no Período	Realização no Período	Resultado
Contribuições	29.636.150,00	10.978.720,08	Déficit
Patrimonial	16.500.000,00	17.204.039,56	Superávit
Outras Receitas	2.000.000,00	50.965,39	Déficit
Totais:	48.136.150,00	-28.233.725,03	Déficit



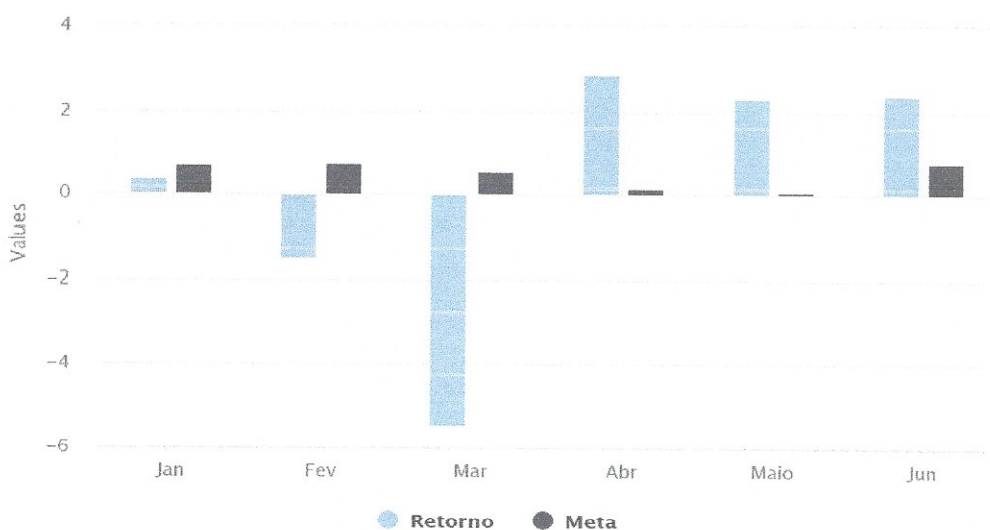
2.4. Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922 que regulamenta a matéria, bem como da Política de Investimentos do IPMP para o exercício em exame.

Verificou-se a conformidade dos fluxos dos processos de investimentos (aplicações e resgates, elaboração da política de Investimentos e credenciamento de instituições financeiras) aos manuais de procedimentos elaborados pelo RPPS.

No período auferido, os investimentos do RPPS atingiram somente 30% da meta atuarial de IPCA + 6% a.a, conforme gráfico abaixo.

Gráfico – Retorno acumulado no ano



3. Despesa



3.1. Formalização e Conteúdo

Foram examinadas as despesas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto formal.

3.2. Benefícios

Foram concedidos, no período em exame, 15 aposentadorias e 08 pensões por morte.

Verificou-se a conformidade dos processos de concessão de benefícios aos manuais de procedimentos elaborados pelo IPMP.

Quanto aos pagamentos dos servidores inativos e pensionistas processaram-se dentro das datas previstas.

3.3. Despesas Administrativas

Análises efetuadas demonstram que foram realizados gastos administrativos dentro do limite de 2% constantes do Orçamento Anual. O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal.

Outrossim, constatamos adequada utilização das Contribuições e dos Recursos do RPPS exclusivamente em Benefícios Previdenciários, restringindo-se a despesa administrativa aos limites legais.

3.4. Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno aferiu cumprimento de todas as obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos. Houve incidência de restos a pagar no período auferido, um montante de R\$ 26.845,52.

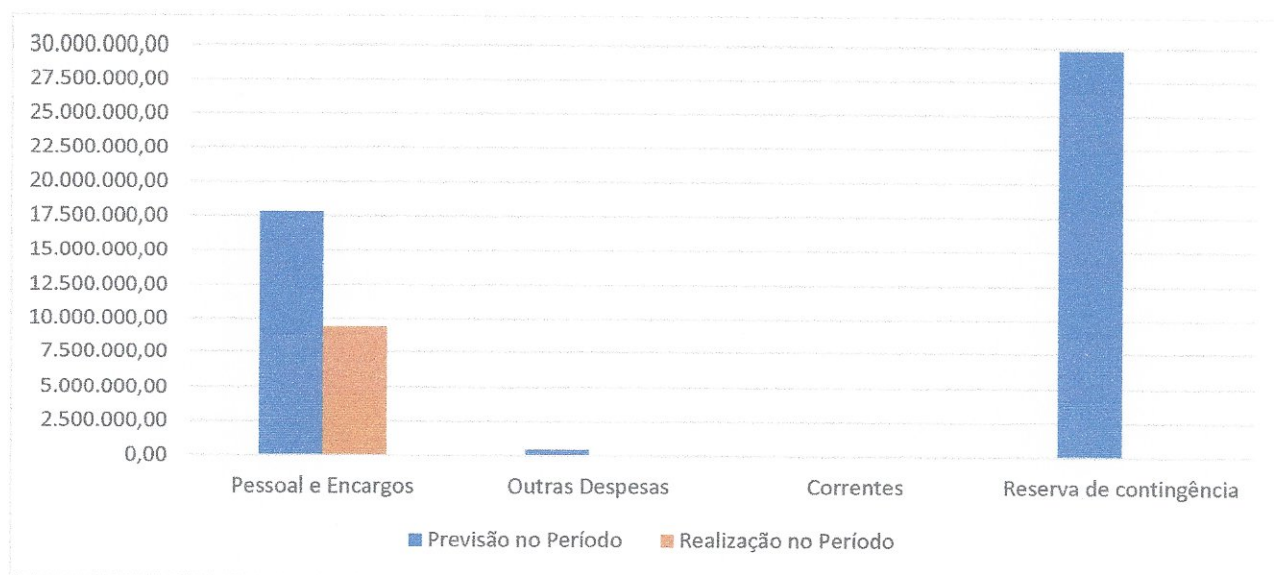
3.5. Resultado da Execução Orçamentária - DESPESAS

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Despesas:



Despesas	Previsão no Período	Realização no Período	Resultado
Pessoal e Encargos	17.805.000,00	9.386.025,96	Economia
Outras Despesas Correntes	460.000,00	594,00	Economia
Reserva de contingência	29.871.150,00	0,00	Economia
Totais:	48.138.150,00	9.386.619,96	Economia

5



4. Avaliação Atuarial e Adoção de Medidas Propostas pelo Atuário:

Em 08/03/2020, foi elaborado pela empresa EC2G Consultoria o relatório da avaliação atuarial data-base 31/12/2019.

O resultado apontado pelo Relatório de Avaliação Atuarial é o seguinte:

O Déficit Técnico de R\$ 308.775.130,34, vem sendo amortizado conforme os planos de amortização propostos.

O atuário indicou a manutenção da alíquota patronal e do servidor, conforme positivado pela Lei Complementar Municipal 1021 de 05 de agosto de 2020, onde entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2021.

Assim, constatamos que as recomendações do Atuário apresentadas foram implementadas na íntegra, através da norma legal retro mencionada.

5. Servidores integrantes do Regime Próprio de Previdência dos Servidores:



Atualmente o RPPS conta com 12 servidores efetivos cedidos pelo ente e dentre os servidores efetivos, o RPPS tem 06 servidores comissionados.

As remunerações do Presidente do RPPS e demais servidores estão fixadas na Lei Municipal nº. 884/2015.

Segundo as análises efetuadas, não se constatou pagamentos maiores que os fixados.

6. Individualização Contábil das Contribuições dos Servidores Públicos Municipais e dos Entes:

Conforme constatado nos Balancetes da Receita, as contribuições previdenciárias dos segurados e as patronais estão devidamente classificadas e rubricadas contabilmente de forma individualizada.

7. Participação de Representantes dos Servidores Públicos Municipais nos órgãos colegiados e Instâncias de Decisão:

As atas dos Conselhos Administrativo e Fiscal estão publicadas no site da Autarquia (<https://www.ipmpparagominas.pa.gov.br>). No período examinado, foram realizadas reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, de onde se extrai a deliberação e fiscalização, conforme o caso, dos atos praticados pela Unidade Gestora.

8. Denúncias / Representações

Não chegou ao nosso conhecimento a existência de Denúncias ou Representações.

9. Licitações e contratos

Averiguamos os processos licitatórios na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 7/2020-00002, "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS PERICIAIS**", onde foi firmado o contrato nº 08/2020 e a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 7/2020-00001- "**LOCAÇÃO DE IMÓVEL**", onde foi firmado o contrato nº 09/2020.

10. Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

O município está com o CRP vigente, com vencimento em 11/01/2021. Foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, não existindo critérios



irregulares para o RPPS de Paragominas junto à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Ministério da Economia.

11. Transparência

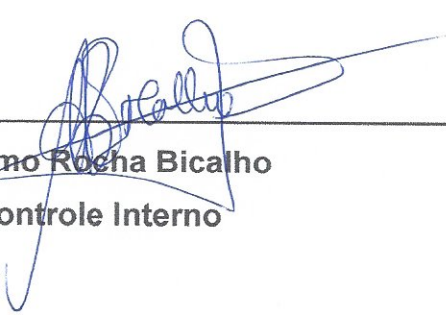
Verificamos que o RPPS mantém atualizado seu website (endereço eletrônico <https://www.ipmpparagominas.pa.gov.br>) onde podemos encontrar publicados as Atas das Reuniões dos Conselhos Administrativo e Fiscal, Comitê de Investimento, relatório mensal dos Investimentos, Balancetes da Receita, Balancetes da Despesa, Portarias, Códigos, Políticas, Normas e Regulamentos, atendendo ao princípio da transparência da coisa pública.

12. Pró-Gestão

Verificamos que o município fez a adesão ao Pró-Gestão RPPS, e o IPMP está em processo final de auditoria de certificação para o Nível I. Esta unidade de controle interno irá acompanhar as ações atendidas, bem como acompanhar a implantação das ações não atendidas, tudo em conformidade com o item 3.1.4. do manual do Pró-Gestão.

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos no semestre aferido.

Paragominas-PA, 24 de novembro de 2020.



Adelmo Rocha Bicalho
Controle Interno